

A dimensão política do jornalismo

ESTRELA SERRANO *

Introdução

Datada de 1914, através do livro precursor de Walter Lippmann, *A Opinião Pública*, a preocupação com a dimensão política do jornalismo foi progressivamente ganhando importância. Max Weber, numa conferência realizada em 1919, reconhece que a sociologia do moderno jornalismo é, sob todos os aspectos, um capítulo à parte (da sociologia da política) e apresenta uma interessante visão da relação entre a política e o jornalismo. Afirma Max Weber:

É certo que, sob o antigo regime, as relações da imprensa com os poderes do Estado e dos partidos eram extremamente nocivas para o jornalismo. Mas também para eles, como para todos os Estados modernos, parece válida a afirmação de que o homem que trabalha no jornalismo tem cada vez menos influência política, ao passo que o magnate capitalista da imprensa tem cada vez mais. [...] A carreira jornalística já não é (ou ainda não é) uma via normal para ascender à chefia política. Apesar disso, a carreira jornalística continua a ser um dos caminhos mais importantes para o profissionalismo político, caminho que não é trilhável por toda a gente, sobretudo pelos fracos que precisam de situação segura (Weber, [1917] 2000: 38-44).

A visão de Weber sobre os jornalistas afasta-se consideravelmente daquela que é hoje a da ciência política, que encara o jornalismo de um ponto de vista

* Docente da Escola Superior de Comunicação Social

normativo, como instrumento ao serviço dos ideais democráticos. Os investigadores interessados na dimensão política do jornalismo assumem-se, muitas vezes, como defensores do público, preocupados em perceber como é que o jornalismo pode servi-lo melhor, de acordo com os princípios que regem as democracias e, em geral, as sociedades «liberais» (Zelizer, 2004). Trata-se de um tipo de pesquisa essencialmente desenvolvida nos EUA e no Reino Unido.

A preocupação maior desta abordagem reside na explicação do modo como o jornalismo deve operar em determinados sistemas políticos, com ênfase na questão de saber se, e em que medida, o jornalismo influencia o processo eleitoral e as tomadas de decisão políticas. Concentrando a sua atenção na intersecção do jornalismo e da política, em vez de no jornalismo em si mesmo, a investigação sobre a dimensão política do jornalismo despreza as contribuições que outros enquadramentos disciplinares trouxeram à investigação do jornalismo (McQuail, 1987; Inglis, 1990; Schlesinger, 1990; Zelizer, 2004).

A convicção de que o jornalismo desempenha um papel político na sociedade não é, contudo, nova. Alexis de Tocqueville ([1990] 2001) encontra-se entre os primeiros que sublinharam os efeitos da imprensa na opinião pública, em França e na América. Também Gabriel Tarde ([1898] 1992), Walter Lippmann ([1922] 1965) e John Dewey ([1927] 1954) sublinharam as ligações entre a imprensa, o público e a política. Na sua formulação contemporânea, as preocupações com a dimensão política do jornalismo orientam-se para a noção de que o jornalismo constitui um «quarto poder», ideia introduzida no século XVIII com a evolução das formas modernas de democracia, em que era suposto a imprensa funcionar como guardião da democracia e defensora do interesse público (Carlyle, [1905] 1974, citado por Zelizer, 2004). Mais modernamente, o quarto poder é interpretado como um poder equilibrador dos outros três poderes – executivo, judicial e legislativo.

Próxima da noção de quarto poder encontra-se a noção de «opinião pública» e a ênfase na centralidade do debate público sobre o processo de decisão política (McNair, 1998), ambas envolvendo o relacionamento do jornalismo com o mundo político.

Políticos e jornalistas – uma relação simbiótica

Desde o século XIX, em que os partidos eram proprietários de jornais, até ao desenvolvimento actual das funções de assessoria, à intrincada relação entre políticos e jornalistas e à «era do *soundbite*», políticos e jornalistas desenvolveram uma relação simbiótica, o que leva alguns investigadores a considerarem os jornalistas

como «actores políticos» (Cook, 1998; Patterson, [1997] 2000) e o jornalismo como uma instituição política (Stephen Hess, 1981) ou os *media* como poderosos instrumentos políticos (Patterson, 1993) e uma ameaça à própria democracia (Blumler e Gurevitch, 1995). Menos céptica, Zelizer (2004: 148) afirma que «a conexão entre o jornalismo e a política tem sido mais presumida que debatida e desafiada».

O estudo das sinergias entre a política e o jornalismo não é, todavia, apenas enquadrado na ciência política, pelo menos no sentido em que o é nos EUA. Outras disciplinas, como a sociologia, as ciências da comunicação, a filosofia, a semiologia, os estudos literários e a psicologia desempenham um importante papel na investigação da dimensão política do jornalismo. No Reino Unido, apesar do interesse em temas relacionados com o poder político, a investigação orienta-se mais para a sociologia (Tumber, 2000; Keane, 1991), enquanto em França se orienta, por um lado, para a semiologia e os estudos literários e, por outro, para a ciência política (Derville, 1997; Neveu, 1999, entre outros).

Em termos mais alargados, a investigação sobre a dimensão política do jornalismo orienta-se em três sentidos, cada um deles encarando de uma maneira normativa e abstracta os diferentes níveis da prática jornalística. Comum a todos eles encontra-se a preocupação sobre o que o jornalismo é, na prática, e o que deve ser. Guiados pela preocupação com o ideal e o óptimo, os investigadores desenvolveram uma vasta litania de instrumentos susceptíveis de transformarem o jornalismo numa instituição mais perfeita do que é. Esses três tipos de investigação diferem nos seus objectivos e na sua dimensão.

O primeiro centra-se na interacção entre jornalistas e fontes. É uma investigação de «escala reduzida» (Zelizer, 2004), levada a cabo por autores como Sigal (1973), Gans (1980), Hess (1981), Fishman (1980), Pfetsch (1998), Mancini (1993), localizada, sobretudo, nos EUA, no Reino Unido e, mais recentemente, noutras democracias europeias, mas alargada, nos últimos anos, a outras regiões do mundo, como a América Latina, o Leste europeu, a China e África (Schudson, 1989; Zelizer, 2004).

A segunda abordagem da dimensão política do jornalismo centra-se na intersecção do jornalismo com o mundo político e com as audiências. Inclui trabalhos sobre os jornalistas, os actores políticos e as audiências, durante as campanhas eleitorais. É uma investigação de «média escala» (Zelizer, 2004). Questões como a liberdade de expressão ou o impacte das práticas jornalísticas no processo político são preocupações desta abordagem. Central é, aqui, a maneira como o jornalismo afecta a democracia e a noção de que a imprensa pode existir como veículo não-intencional de propaganda política e partidária e que a agenda pública é influenciada pela agenda dos *media* (Graber *et al.*, 1998). Nesta perspectiva, é suposto o

jornalismo actuar segundo determinadas normas de comportamento, estar livre de coerção política e possuir credibilidade, actuando como observador imparcial da actividade política em defesa do interesse público. A relação do jornalismo com as fontes é também um aspecto importante desta abordagem, todavia encarada numa perspectiva mais centrada nas relações entre a democracia e o sistema mediático. Trabalhos como os de Bennett (1988), *News: The Politics of Illusion*, ou Entman (1989), *Democracy Without Citizen*, criticando o que consideram ser o falhanço do jornalismo como estímulo do debate público e a sua dependência da economia de mercado, inserem-se neste tipo de abordagem.

A terceira e mais abrangente abordagem da dimensão política do jornalismo incide sobre tipologias de interacção de «larga escala» (Zelizer, 2004; Hallin e Mancini, 2004). O seu objectivo é a descrição dos processos jornalísticos sob diferentes sistemas políticos. Trata-se de tipologias usadas e revistas durante muitos anos, que estabeleceram um modelo abstracto de avaliação da eficácia do jornalismo em diferentes contextos políticos. Um dos clássicos desta abordagem é o livro de Frank Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm (1956) *Four Theories of the Press*, em que os autores defendem a ideia de que os *media* operam de acordo com as estruturas sociais e políticas das sociedades em que se inserem, reflectindo os seus sistemas de controlo social. Os autores classificam os sistemas mediáticos de acordo com o sistema de governo dominante. Basicamente, apresentam quatro teorias: a teoria *autoritária*, segundo a qual o poder absoluto restringe o uso dos *media*; a teoria *libertária*, inspirada pela filosofia do racionalismo e dos direitos naturais (desenvolvida nos escritos de Locke, Milton e Mill), segundo a qual os *media* se constituem como um meio de chegar à verdade, constituindo-se como um mercado livre de ideias; a teoria *totalitária*/soviética, na qual o jornalismo é controlado através de uma vigilância inspirada pelo pensamento marxista; e a teoria da *responsabilidade social*, que enquadra o jornalismo numa ética profissional com capacidade para expor conflitos. Formulada nos anos 50 do século xx, embora emergindo no século xix, a doutrina da *responsabilidade social* resultou das críticas de subordinação da imprensa aos negócios, da influência da publicidade nos conteúdos jornalísticos, da exploração do *fait-divers* e dos atentados à vida privada e à moralidade pública (Cornu, 1994).

Estas teorias, apesar de posteriormente terem sido objecto de crítica e reformulação, constituíram um marco na investigação sobre a ligação do jornalismo com o contexto político em que se insere.

Zelizer (2004: 172) interroga-se sobre a diferença entre a abordagem do jornalismo feita pela ciência política e por outras disciplinas, afirmando que a ciência política permanece presa à «*big picture*», embora sem a visão determinista comum

a alguma investigação histórica. Segundo a autora, em muitos casos, essa imagem sublinha noções como o distanciamento e a imparcialidade – a ideia de que o jornalismo pode e deve ser imparcial ou, pelo menos, trabalhar para o bem público, em vez de fazer prevalecer o envolvimento e a opinião –, pressupondo uma profunda ligação entre o jornalismo e a política. Nesta perspectiva, o jornalismo é encarado como um instrumento ao serviço da política no seu sentido amplo, constituindo um indicador, não apenas de si próprio mas do sistema que ajuda a promover ou a minar. Ausentes da imagem do jornalismo fornecida pela ciência política estão, para Zelizer, numerosas dimensões do jornalismo que ultrapassam as conexões entre os jornalistas, o público e a política, como sejam a história do jornalismo, a noção de que os jornalistas podem trabalhar autonomamente face ao campo político e a de que o jornalismo possui as suas próprias formas de conhecimento.

Abordagens alternativas sobre política e jornalismo

Autores como Schudson (1989), Carey (1997) e Zelizer (2004) desafiam muita da actual pesquisa feita pela ciência política sobre o jornalismo, nomeadamente a identificação do que conta como «política», contestando que apenas as chamadas *hard news* possam ser consideradas como tal. Por outro lado, sublinham o facto de a ciência política ignorar a imensa literatura sobre outras formas de jornalismo, tais como o jornalismo tablóide, as notícias de «interesse humano», programas televisivos de entretenimento e as novas formas proporcionadas pela internet que contribuem para orientar as escolhas políticas dos cidadãos. As definições sobre o jornalismo, por parte da ciência política, são, pois, limitadas, influenciando os argumentos desenvolvidos na investigação sobre a dimensão política do jornalismo.

A outro nível, Blumler e Gurevitch (1995) afirmam que uma das consequências mais sensíveis das mudanças operadas na sociedade, com incidência nos *media* e no jornalismo, consiste no enfraquecimento dos partidos políticos, enquanto forças mobilizadoras dos cidadãos para a defesa dos seus interesses. Como atrás se refere, o vazio deixado pelo seu apagamento foi, em grande parte, ocupado pelos *media*, cujo papel relativamente à política também evoluiu. A mudança operada é especialmente visível durante as campanhas eleitorais, embora não se confine a elas. Tomados em conjunto, estes desenvolvimentos provocaram uma crescente dependência dos políticos e dos votantes face aos *media* e às mensagens que eles fornecem. O conceito actual de democracia está patente em expressões usadas por diversos investigadores: «idade da imprensa-política» (Kalb, 1992); «*media politics*» (Arterton, 1985); «política mediática» (Bennett *et al.*, 1994); «sociedade

dominada pelo complexo *media*-política» (Swanson, 1990). Como concluíram McLeod, Kosicki e McLeod (1994), «o centro do novo sistema político parecem ser os *media*».

Esta situação envolve consequências várias: em primeiro lugar, os *media* passaram a deter posições-chave no campo político – especialmente a televisão e os jornais – cujas políticas editoriais não se pautam, necessariamente, pelo interesse público (Patterson, 1993); em segundo lugar, essa situação obriga os políticos – que, naturalmente, desejam atrair a atenção e o apoio dos eleitores – a fazer tudo para interessar os jornalistas, que, por sua vez, não estão necessariamente vocacionados para a política; em terceiro lugar, as estratégias políticas conduzem à profissionalização da produção e disseminação das mensagens, dando origem a uma complexa rede de relações entre, de um lado, políticos e conselheiros de comunicação e, de outro, os jornalistas.

Políticos e jornalistas – diferentes bases de legitimação

Uma abordagem mais analítica das relações entre a política e o jornalismo não poderá deixar de ter em conta duas dimensões estruturais críticas que influenciam as relações entre ambas as partes: o grau de profissionalização e o grau de burocratização de cada uma das duas instituições. Ora, apesar de o grau de profissionalismo dos jornalistas poder ser discutível, é geralmente admitido que a influência das normas profissionais é maior nos jornalistas do que nos políticos (Lattimore e Nayman, 1974).

Uma das distinções mais sensíveis entre políticos e jornalistas reside nas bases de legitimação de cada um dos campos. Enquanto os políticos retiram a sua legitimidade do sufrágio universal, da autoridade das causas que abraçam, do grau de consenso entre os interesses que articulam e da aceitação, por parte do público, dos processos pelos quais foram escolhidos para representarem esses interesses, os jornalistas, como atrás se refere, obtêm a sua legitimação, principalmente, da fidelidade a códigos e a valores profissionais. Por outro lado, a «função serviço», cuja centralidade no comportamento dos jornalistas se reflecte na exigência de que lhes compete, em primeiro lugar, respeitar o direito do público à informação, não é tida como primeira preocupação dos políticos, que são vistos como estando prioritariamente preocupados em persuadir o público a aderir a determinadas causas e objectivos políticos e partidários.

Outra distinção abrange a autonomia profissional, que, nos jornalistas, constitui uma das bases da sua legitimidade, a qual colide com a visão instrumental que

os políticos possuem acerca dos jornalistas. Por outro lado, políticos e jornalistas possuem visões diferentes acerca da realidade e da verdade, com os políticos mais inclinados para critérios ideológicos e os jornalistas a aderirem a uma mais empírica, céptica e, por vezes, cínica e plural descrição da realidade.

Acresce que as diferenças estruturais entre as organizações em que políticos e jornalistas se inserem propiciam outras fontes de conflito. De facto, enquanto as empresas de comunicação se organizam como instituições formais, governadas e orientadas, em certos níveis, por procedimentos e normas burocráticas, os partidos políticos vivem durante longos períodos como organizações relativamente informais, que apenas são completamente mobilizadas periodicamente. Essas organizações não exercem controlo burocrático completo sobre os políticos, nem os seus procedimentos operacionais se baseiam em modelos puramente burocráticos (a que escapam os partidos comunistas). Uma das consequências desta situação reside no facto de os jornalistas gozarem de relativa segurança e não precisarem, tanto quanto os políticos, de ser legitimados por apoio exterior à sua própria organização. Ao contrário, a posição dos políticos é mais marcada pela incerteza e é mais dependente do apoio dos cidadãos. A vulnerabilidade dos políticos, em contraste com a «segurança burocrática» do jornalista (Blumler e Gurevitch, 1995), é ilustrada por uma maior visibilidade e uma mais fácil identificação da responsabilidade individual que caracteriza a acção política, contra a diluição da responsabilidade verificada nas empresas jornalísticas, apesar de os jornalistas com responsabilidades na hierarquia dos meios, sobretudo na televisão, precisarem, cada vez mais, da «legitimidade» conferida pelas audiências. Em resultado destas diferenças estruturais, existem tensões potenciais, cuja contenção depende do grau de satisfação dos interesses de ambas as partes. Os trabalhos dos investigadores canadianos Ericson, Baranek e Chan (1989) são, a esse título, elucidativos. Ao analisarem a perspectiva das fontes relativamente à criação de notícias em três instituições – Parlamento, Tribunais e Polícia –, os autores identificaram os procedimentos adoptados e as exigências organizacionais impostas em cada uma das instituições pela sua relação com os jornalistas. Trata-se de trabalhos que documentam o processo de negociação e de luta entre fontes e jornalistas, visto do lado das fontes, aspecto também trabalhado por Schlesinger (1990) e Semetko (1996), entre outros.

Partindo do princípio de que a maioria das fontes está ligada às organizações oficiais, Ericson *et. al.* (1989) descrevem os processos pelos quais as fontes controlam a sua imagem, a autonomia dos jornalistas, os desvios eventualmente surgidos e a maneira como usam a lógica dos *media* e analisam o grau de convergência e de divergência existente entre ambos.

Jornalistas e políticos em Portugal

Neste capítulo analisam-se artigos de opinião publicados na imprensa portuguesa de referência entre 2000 e 2005, da autoria de figuras públicas relevantes no campo político, e através dos quais se constata que a relação simbiótica e problemática entre jornalismo e política não é apenas um fenómeno anglo-saxónico ou das democracias avançadas.

De facto, em Portugal, onde são escassos os trabalhos académicos¹ e inexistentes os estudos sistemáticos sobre essa relação, para além de faltarem memórias e autobiografias de jornalistas ou monografias sobre os jornais, é todavia frequente que políticos e jornalistas manifestem em público, nomeadamente através de artigos de opinião publicados na imprensa, o seu pensamento sobre a matéria. Alguns desses testemunhos encontram-se publicados em livro, a maior parte, contudo, sem contexto ou enquadramento teórico ou histórico. Apesar de se tratar de pontos de vista pessoais e subjectivos, revestem-se, todavia, de interesse, pois na maioria dos casos constituem-se como auto-representações de líderes de opinião do campo político e jornalístico.

Por outro lado, esses testemunhos e relatos individuais constituem documentos valiosos para a construção de uma sócio-história do jornalismo português.

Uma pesquisa de artigos publicados nos últimos cinco anos por colunistas e comentadores da área política em jornais «de referência» portugueses fornece elementos úteis para o estudo das relações entre o jornalismo e a política. A maior parte desses documentos permite constatar a existência de uma visão normativa e instrumental do jornalismo, à semelhança do que, como atrás se refere, acontece noutros países. Contudo, o contexto histórico-político português, de uma ditadura que durou 48 anos, introduz elementos que não podem ser ignorados numa análise do jornalismo e da sua relação com a política. Num artigo publicado em Fevereiro de 2002 no jornal *Público*², o jornalista e investigador Mário Mesquita evoca casos de jornalistas «de referência» com trajectos entre o jornalismo e a política:

Após o 25 de Abril, diversos jornalistas transitaram para o Parlamento. Raul Rego prolongava, de algum modo, o modelo da I República. Francisco Sousa Tavares, director de jornal e editorialista de grande impacto, foi também parlamentar de relevo, embora nunca tenha visto reconhecida a qualidade de jornalista. De entre os deputados provenientes da imprensa, distingo os políticos-jornalistas, casos de Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas, dos jornalistas-políticos, como José Carlos de Vasconcelos, João Gomes, João Paulo Oliveira, Alexandre Manuel e Manuela Moura Guedes [...].³

No citado artigo, Mesquita refere-se, ainda, à «candidatura à Assembleia de jornalistas prestigiados» como Vicente Jorge Silva, Maria Elisa e Ribeiro Cristóvão⁴, que, a seu ver, «traduz a relevância crescente do jornalismo»⁵.

Pacheco Pereira, historiador, ex-dirigente do PSD, ex-deputado, colunista do jornal *Público* e da revista *Sábado*, comentador na televisão, é um dos políticos que mais se têm debruçado sobre as relações entre políticos e jornalistas. Em Outubro de 2004, a propósito das ligações aos *media* do então primeiro-ministro, Santana Lopes, Pacheco Pereira afirma que «as carreiras políticas feitas nos últimos anos, em Portugal, reflectem, por simbiose, as mesmas características da evolução mediática, as forças e defeitos da comunicação social, do mesmo modo que esta reflecte, muito mais do que se imagina, as fragilidades políticas do país».

No seu blogue pessoal, *Abrupto*, Pacheco Pereira escrevia, em Maio de 2003, sobre as «escolas de jornalismo político português». Referindo-se ao comentário semanal de Marcelo Rebelo de Sousa na TVI⁶, Pacheco Pereira dá-nos uma imagem do seu pensamento sobre o jornalismo e o comentário político.

Para quem vê e ouve Marcelo Rebelo de Sousa na TVI é fácil perceber que a sua conversa é estruturada como se fosse um jornal semanário, como se fosse o *Expresso* quando ele o dirigia. Trata da semana anterior, tem editorial, mais neutro, mais distanciado, proclamativo; tem artigos de opinião, do próprio e do próprio com pseudónimo, contendo cenários e calendários cenarizados [...]; tem notícias tratadas ao modo jornalístico, superficial, e com títulos e entradas opinativas [...]; tem a secção «Gente», crucial neste tipo de jornalismo para incluir informações pessoais importantes e perfídia, que não podem ter corpo na parte séria; tem roteiro, com os espectáculos inevitáveis, e com listas de livros; tem cartas dos leitores. Um pouco por todo o lado há «encomendas» dos amigos do director, como é igualmente habitual nos semanários [...].⁷

Para Pacheco Pereira (PP), «Marcelo deixou a sua marca em gerações de jornalistas e ainda hoje a sua “escola” é largamente dominante no comentário e na formulação do noticiário político. Não existindo precedente para um jornalismo político democrático, porque a censura tornava-o impossível antes do 25 de Abril, Marcelo foi o primeiro a ocupar esse espaço e a criar um cânone para esse tipo de jornalismo». Segundo PP, «a escola do jornalismo político de Marcelo ganhou uma dimensão audiovisual na TSF e mais tarde na TVI e na RTP, sempre com suporte escrito na transcrição dos jornais. Trata-se de um tratamento ficcional da actividade política a partir de um autor-interpretador-classificador que é senhor da realidade e a molda. Os “cenários” e o seu corolário – o “facto político” como invenção ficcional – estão na base deste tipo de jornalismo político».

A análise da participação semanal de Marcelo Rebelo de Sousa, na TVI e na RTP, feita por Pacheco Pereira, reveste-se de particular interesse por se referir a

um tipo de jornalismo que se encontra, também, em peças jornalísticas relativas a campanhas eleitorais.⁸ Vejamos a caracterização que Pacheco Pereira faz dessas intervenções na rádio e na televisão e, por transcrição, nos jornais:

Os agentes políticos são apresentados como centrados na sua ambição e na sua carreira e julgados pela *performance* que mostram na gestão dessa carreira. Essa gestão é essencialmente entendida como gestão mediática e gestão dos calendários, numa permanente procura da oportunidade ideal, e dá pouca atenção à substância política e ideológica da acção. Este tipo de julgamento da acção política pelo seu efeito mediático valoriza o papel do classificador-julgador, ele próprio. Daí que Marcelo tenha introduzido em Portugal vários mecanismos classificatórios – o «sobe e desce», as notas, etc. – de grande efeito comunicacional porque muito simples de entender e correspondendo a uma percepção judicativa por parte das audiências ou dos leitores de uma hierarquia da *performance* política. Esse tipo de obsessão classificativa foi transposta para determinado tipo de consultas de opinião como as que faz o *Diário de Notícias*.⁹

Como refere Pacheco Pereira, «o poder de classificar é um meio eficaz de deter influência política, bastante mais eficaz do que a qualidade das análises que suportam a classificação». Para o autor, «quase todos os jornalistas de segunda linha que cobrem a actividade política são epígonos desta escola. Ela fornece-lhes um quadro interpretativo simples e um vocabulário judicativo que lhes transmite igualmente uma sensação de poder [sendo], também, muito influente nos políticos de segunda linha que não sabem falar de política de outro modo».¹⁰

Por seu turno, o deputado do PS, professor universitário e colunista de jornais como o *DN* e o *Expresso*, Manuel Maria Carrilho, refere-se ao que se passa em Portugal em matéria de política e jornalismo, como «metamorfoses de recorte bem sul-americano», considerando ser «de pasmar» que um director de jornal possa passar a líder partidário (refere-se ao facto de o líder do CDS/PP, Paulo Portas, ter sido director do jornal *O Independente*) «ou que um ex-líder partidário se torne comentador residente da actualidade num jornal televisivo» (alusão à citada participação semanal de Marcelo Rebelo de Sousa, ex-líder do PSD, na TVI), «com as ruinosas implicações que tais transfigurações têm na credibilidade jornalística e política junto da opinião pública».¹¹

A questão já anteriormente analisada, da legitimidade dos jornalistas face à legitimidade dos políticos, conferida a estes pelo voto, constitui objecto de reflexão pública de políticos. No mesmo artigo do *Expresso*, Carrilho invoca três eixos fundamentais da comunicação política contemporânea: os políticos, a opinião pública e os jornalistas. Em sua opinião, «tudo os liga e distingue, numa teia bem complexa. Mas um dos pontos que mais nitidamente os diferencia é o da fonte de legiti-

midade de cada um deles». Para o autor, se a legitimidade dos políticos é directa, uma vez que reside no voto dos cidadãos, e a da opinião pública «se prende – sem que se lhe reduza – às sondagens», já a dos jornalistas, que «remete sempre para o registo da informação, se apresenta mais débil». Carrilho pergunta «de onde vem essa legitimidade, representa quem, responde perante o quê?». Reconhecendo que «não existe hoje nenhuma resposta tranquilizadora» para estas questões, o autor afirma que «se vai generalizando nos *media*, sejam eles televisivos ou escritos, o fenómeno de usurpação mediática» que ocorre, por exemplo, «quando o tempo “no ar” de repórteres que fazem a cobertura de uma campanha política é cada vez maior, enquanto o que é concedido aos políticos que nela se exprimem é cada vez menor». Para Carrilho, este fenómeno «é um dos que mais perigosamente estrofia a comunicação política».

Embora escrevendo num registo informal e no contexto de um artigo de opinião, as palavras de Carrilho sobre o que chama de «usurpação mediática» são confirmadas pela evolução da duração das intervenções dos jornalistas e dos candidatos na cobertura televisiva das eleições presidenciais.¹²

No que respeita à imprensa, Carrilho afirma que aí «a usurpação mediática» se tornou «numa rotina, com consequências funestas para o funcionamento da vida política democrática e para a “verdade” do espaço público», para o que, em sua opinião, muito contribuiu «a avalanche editorialista a que se tem assistido». O autor identifica duas tendências: «a substituição do descritivo pelo opinativo e o “síndrome do púlpito”, que é a tendência de um cada vez maior número de jornalistas/editorialistas [...] procurarem transformar o que é meramente opinativo em algo de normativo, seja sobre pessoas seja sobre o país.»¹³

A tendência identificada por Carrilho de uma evolução do registo descritivo para o opinativo corresponde, também, a dados objectivos resultantes da análise das peças jornalísticas sobre as campanhas eleitorais para o Presidente da República, em Portugal.¹⁴ Carrilho vai, porém, mais longe na sua análise, referindo-se aos efeitos desta situação:

[...] Efeitos que, se calhar, não passam do reverso da medalha de um inconsciente anti-democrático que se revela cristalinamente na obsessiva desvalorização dos políticos: é que este quarto poder sabe bem que, quando abdica dos parâmetros de objectividade, de rigor e de equilíbrio, só essa estratégia lhe permitirá proteger o que é arbitrário e mascarar a sua titubeante legitimidade.¹⁵

Sobre os efeitos destas representações da política e dos políticos e apesar de não existirem, em Portugal, dados fiáveis sobre os efeitos dos *media* no comportamento político e eleitoral dos portugueses, o sociólogo Pedro Magalhães afirma:

[...] A democracia portuguesa é um bom exemplo de como é difícil obter, ao mesmo tempo, boa «representação» e boa «responsabilização». [...] A relação de representação encontra-se, para todos os efeitos, curto-circuitada em Portugal. Do ponto de vista dos eleitores, o desconhecimento dos deputados e dos programas partidários é total, as fronteiras «esquerda-direita» encontram-se altamente indefinidas, e o auto-posicionamento ideológico e identificação partidária dos eleitores são largamente incongruentes com as suas reais preferências [...].¹⁶

Por seu turno, o crítico literário e professor universitário Eduardo Prado Coelho, a propósito da cobertura jornalística do Congresso do Partido Socialista realizado em 2002, escreveu no jornal *Público*:

Um congresso suscita sempre comentários muito curiosos: aparentemente, os jornalistas, por motivos mágicos que ainda estão por esclarecer, sabem tudo o que se devia fazer e vêem aquilo que os políticos são incapazes de ver. Esta forma de relatar o que se passou faz com que (tal como nas campanhas eleitorais) muitos jornalistas oscilem entre a pura reportagem e o verdadeiro comentário político.¹⁷

Os *media*: contrapoder ou metapoder?

O poder e a influência do jornalismo e o controlo dos *media* constituem temas de análise frequentes em intervenções públicas e artigos de opinião. Segundo a professora e investigadora Marina Themudo¹⁸, «há um paradoxo entre jornalismo e política. Por um lado, há necessidade de os *media* tornarem acessível o discurso político mas, por outro, não são poder nem contrapoder. São metapoder, um poder que interfere e perturba o funcionamento de outros poderes. A democracia precisa do sistema mediático mas este é perturbador da democracia».

Com a experiência de fundador de um partido político (PSD), deputado, ex-primeiro-ministro, director de jornal e empresário de comunicação social (presidente do grupo Impresa), Francisco Pinto Balsemão, numa intervenção proferida na «Universidade de Verão», iniciativa do PSD em Setembro de 2004, afirmou que «há mal-estar entre poder político e *media*». Em sua opinião, isso deve-se a uma «concepção dualista que alguns fazem dos meios de comunicação social: há os que vêem os *media* como inimigos a abater e os que acham que são instrumentos a utilizar».

A função instrumental da imprensa é assumida por políticos como o já falecido Victor Cunha Rego, também jornalista, membro de um dos governos presididos por Mário Soares, ex-director do *Diário de Notícias*, ex-presidente da RTP durante o governo de Sá Carneiro, fundador do jornal *A Tarde* (1979-1986), numa entre-

vista à jornalista Maria João Avillez, em que assume a função desse jornal como jornal de tendência e instrumento político de um grupo de personalidades em que ele próprio se inclui. Escreve Cunha Rego:

Foram uns meses magníficos, onde se juntaram personalidades muito diversas: o António Barreto, o Paulo Portas, o Manuel Lucena, o Saarsfield Cabral, o Vasco Pulido Valente, etc. *A Tarde* não tinha grande tiragem, mas tinha influência e o dr. Balsemão, que era primeiro-ministro, senti-a negativamente... O jornal opôs-se muito à sua maneira de conduzir o Governo. Eu tinha consideração por ele, mas não podia deixar de me opor. São coisas do destino.¹⁹

Noutro ponto da entrevista, Cunha Rego refere-se ao seu objectivo de combater o Governo do «Bloco Central» formado pelo PS e pelo PSD, através de outro jornal, *O Semanário*. Vejamos dois excertos da entrevista:

[M.^a João Avillez:] Voltando às suas batalhas: há outra onde se compromete totalmente não só n'*A Tarde* como depois no *Semanário*: a luta contra o Bloco Central...

[Victor Cunha Rego:] Exacto, é a minha segunda grande batalha política de fundo. Eu queria uma alteração do regime no sentido da bipolarização...²⁰

Para além do conteúdo substantivo das palavras de Cunha Rego, é significativo que a sua entrevistadora, ela própria jornalista da área política, não tenha questionado o seu entrevistado sobre a sua confessada utilização dos citados jornais ao serviço de uma causa política, o que sugere que isso era um procedimento assumido como «natural» pela própria jornalista.

A visão normativa e instrumental da imprensa é também assumida por Pacheco Pereira na mesma série de entrevistas ao jornal *Público*, por ocasião dos 25 anos do 25 de Abril. Pacheco Pereira classifica o *Semanário*, para o qual fora convidado a escrever por Victor Cunha Rego, como «um jornal visto como reacçãoário, aliado à candidatura de Soares Carneiro», e, por outro lado, refere-se a outro semanário de grande influência nos primeiros anos após o 25 de Abril, *O Jornal* (extinto em 1992), como o local «onde se exprimiam» o que chama de «pintasilguismo», «eanismo», «espécie de sopa, de mistura», que incluía «[...] o MES, os ex-MES, o GIS, os ex-GIS», afirmando que «possuíam uma ideia da vida política como se ela tivesse de ser exclusivamente dominada por uma espécie de substância de projecto socialista».²¹

A concepção do jornalismo como instrumento da política encontra-se em políticos de diversos quadrantes ideológicos, no Governo e na oposição. Nuno Morais Sarmiento, ministro de Estado dos governos de coligação PSD/CDS entre 2001 e 2004, em entrevista à Rádio Renascença e ao jornal *Público*, questionado sobre «a falta de comunicação» do Governo com o País, disse:

A comunicação é adjectivo [...]. Apesar da importância que a comunicação tem, separemos o adjectivo do substantivo, que é a apresentação de políticas e reformas. A comunicação é importante mas é instrumental. [...] Se me disser que houve momentos em que a comunicação não funcionou, acho que sim, mas não vai funcionar neste nem nos próximos governos, enquanto tivermos uma mudança de paradigma em que a comunicação social [...] deixa de ser veículo de comunicação entre decisores políticos, económicos e sociais e os destinatários, que são os cidadãos, e ela própria assume um papel de protagonista e intermedeia subjectivamente a comunicação.²²

José António Saraiva, ex-director do *Expresso* e director do novo semanário *SOL*²³, deixa no seu livro *Confissões de um Director de Jornal*, com antetítulo *Nos Bastidores do Expresso e do Poder*, importantes revelações sobre as relações entre políticos e jornalistas em Portugal. O ex-director do mais importante semanário português relata com pormenor encontros e conversas com presidentes da República, primeiros-ministros, ministros e dirigentes partidários, revelando relações que, umas vezes, são de intimidade e cumplicidade, outras, de tensão e até animosidade, mantidas ao telefone ou em almoços e jantares com políticos. Para além disso, o livro constitui um «fresco» sobre as relações de poder no seio do jornal e as tensões vividas no interior de uma redacção.²⁴

Outro jornalista do jornal *Expresso*, José Pedro Castanheira, refere-se à evolução do jornalismo português nos anos 90:

É frequentemente um jornalismo maniqueísta, que só vê o mundo a preto e branco: os bons e os maus, os sérios e os desonestos, os íntegros e os corruptos, os puros e os impuros, os santos e os pecadores. Sendo que todos os políticos e homens públicos pertencem, até prova em contrário, à segunda categoria. Cabendo-lhes a eles o ónus da prova de que o não são.²⁵

Sobre «os escândalos postos no colo da Imprensa», «vazados directamente dos gabinetes do poder», Castanheira afirma que as estatísticas confirmam que foi durante os dez anos de governo de Cavaco Silva que o jornalismo de investigação – e mormente o jornal *O Independente*²⁶ – conheceu o seu período áureo e contabilizou maior número de «vítimas». Segundo o jornalista, uma das principais explicações reside na «aliança entre alguns centros de poder e alguns jornais» com motivações várias, «desde rivalidades e ódios pessoais, até mesquinhos ajustes de contas dentro de um partido com maioria absoluta, passando por uma saudável reacção a um estilo muito vincado de exercício do poder: intolerante, arrogante, pontualmente autoritário». Castanheira, afirma que «aos jornais começaram a chegar dicas, denúncias, histórias, relatórios e *dossiers* – polémicos, quentes e explosivos», com origem em «gabinetes de ministros ou secretários de Estado,

departamentos de inspeção, círculos da Polícia Judiciária, fontes da Procuradoria Geral da República, tribunais de várias instâncias, Presidência da República»²⁷.

Conclusão

A literatura sobre as relações entre o campo político e o campo do jornalismo aponta para duas principais tendências, caracterizadas, em suma, pela existência de uma cultura «anti-classe política» entre os jornalistas, atribuída, principalmente, ao comportamento dos políticos e por parte do campo político, por uma visão instrumental e normativa do jornalismo mais preocupada com o que o jornalismo «deve» ser do que com o que na realidade ele é. Dessas representações recíprocas resultam conflitos e tensões que, neste artigo, surgem documentadas em intervenções públicas de políticos e jornalistas.

NOTAS

- ¹ De referir o trabalho de Estrela Serrano (2001), *As Presidências Abertas de Mário Soares, as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República em Portugal*, MinervaCoimbra, onde a autora analisa detalhadamente o relacionamento do Presidente da República com os jornalistas. Também o livro de Vítor Gonçalves, *Nos Bastidores do Jogo Político*, publicado em 2005, analisa o papel dos assessores na construção da imagem do Governo do Partido Socialista, de 1995 a 2002.
- ² «Os Jornalistas na Política», *Público*, 10 de Fevereiro de 2002.
- ³ *Op. cit.*
- ⁴ Vicente Jorge Silva foi o primeiro director do jornal *Público*; Maria Elisa foi jornalista e directora de programas na RTP e directora da revista «feminina» *Marie Claire*; Ribeiro Cristóvão é jornalista especializado em desporto, na Rádio Renascença.
- ⁵ «Ainda Mal Começou...», *Público*, 7 de Outubro de 2004.
- ⁶ Marcelo Rebelo de Sousa, ex-Presidente do PSD, professor e comentador político, abandonou a sua colaboração dominical na TVI em Outubro de 2004, na sequência de declarações do ministro de Estado, Gomes da Silva, sobre a «ausência de contraditório» aos comentários do professor, e de alegadas pressões por parte do accionista principal da TVI, Pais do Amaral, para que moderasse os seus comentários, vistos como desfavoráveis ao Governo de coligação PSD/CDS-PP, dirigido por Santana Lopes. O «caso Marcelo», como veio a ser conhecido, provocou uma enorme crise política na sociedade portuguesa, tendo sido considerado por analistas e políticos como um dos principais detonadores da queda do Governo em Dezembro seguinte, por motivo da dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República, Jorge Sampaio.
- ⁷ www.abrupto.blogspot.com
- ⁸ Serrano, E. (2006), *Jornalismo e Política em Portugal* (no prelo).
- ⁹ *Loc. cit.*
- ¹⁰ www.abrupto.blogspot.com
- ¹¹ «Novos xamãs?», artigo de Manuel Maria Carrilho, *Expresso*, 12 de Outubro de 2002.
- ¹² Serrano, E., *op. cit.*
- ¹³ Carrilho, *op. cit.*
- ¹⁴ *Idem.*
- ¹⁵ Carrilho, *op. cit.*
- ¹⁶ Pedro Magalhães, «As Opções do Presidente e a Qualidade da Democracia Portuguesa», *Público*, 2 de Julho de 2004.
- ¹⁷ Eduardo Prado Coelho, «Como escrever sobre um congresso?», *Público*, 20 de Novembro de 2002.
- ¹⁸ Marina Themudo, Debate sobre *Jornalismo Cívico*, CIMJ, Escola Superior de Comunicação Social, 21 de Março de 2002.
- ¹⁹ Entrevista ao jornal *Público*, publicada em 1994, por ocasião dos 25 anos do 25 de Abril, disponível em www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=evrego.
- ²⁰ Entrevista ao jornal *Público*, publicada em 1994, por ocasião dos 25 anos do 25 de Abril, disponível em www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=evrego.
- ²¹ www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eppereira
- ²² Entrevista aos jornalistas Raquel Abecassis e Eduardo Dâmaso, no programa da RTP, «A Dois»: *Diga lá Excelência*, transmitida em 12/09/2004 e publicada no jornal *Público* em 13/09/2004.

- ²³ Em Outubro de 2005, é anunciada a substituição de José António Saraiva por Henrique Monteiro, até então subdirector do *Expresso*, com efeitos a partir de Janeiro de 2006. Em Setembro de 2006 é publicado o primeiro número do semanário *Sol*, dirigido por José António Saraiva.
- ²⁴ Saraiva, José António (2003), *Confissões de um Director de Jornal*, Lisboa: Dom Quixote.
- ²⁵ José Pedro Castanheira, «O espaço da investigação no jornalismo português», conferência proferida nos Encontros da Arrábida, 25 de Outubro de 2003.
- ²⁶ *O Independente* foi publicado pela última vez a 31 de Agosto de 2006.
- ²⁷ José Pedro Castanheira, «O espaço da investigação no jornalismo português», conferência proferida nos Encontros da Arrábida, 25 de Outubro de 2003.

BIBLIOGRAFIA

- ARTERTON, F. C. (1985), *Media Politics: The New Strategies of Presidential Campaigns*, Lexington, MA: Lexington.
- BENNETT, W. L. (1988), *News: The Politics of Illusion*, Nova Iorque: Longman.
- BENNETT, W. L. e PALETZ, D. (orgs.) (1994), *Taken By Storm: The Media, Public Opinion and U.S. Foreign Policy and The Gulf War*, Chicago: University of Chicago Press.
- BLUMLER, J. G. e GUREVITCH, M. (1995), *The Crisis of Public Communication*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- CAREY, J. W. (1997), «The Press, Public Opinion, and Public Discourse: On the Edge of the Postmodern», in James Carey, *A Critical Reader*, Eve Stryker Munson e Catherine A. Warren (orgs.), Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 228-257.
- COOK, T. E. (1998), *Governing With The News, The News Media as a Political Institution*, Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- CORNU, D. (1994), *Jornalismo e Verdade*, Lisboa: Instituto Piaget.
- DERVILLE, G. (1997), *Le pouvoir des médias*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- DEWEY, J. ([1927] 1954), *The Public and Its Problems*, Columbus: Ohio State University Press.
- ENTMAN, R. (1989), *Democracy Without Citizens*, Nova Iorque: Oxford University Press.
- ERICSON, R., BARANEK, P. M. e CHAN, J. B. L. (1989), *Negotiating Control: A Study of News Sources*, Toronto: University of Toronto Press.
- FISHMAN, M. (1980), *Manufacturing The News*, Austin: University of Texas Press.
- GANS, H. (1980), *Deciding What's News*, Nova Iorque: Vintage Books.
- GONÇALVES, V. (2005), *Nos Bastidores do Jogo Político*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- GRABER D., MCQUAIL, D. e NORRIS, P. (orgs.) (1998), *The Politics of News: The News of Politics*, Washington DC: CQ Press.
- HALLIN, D. C. e P. Mancini (2004), *Comparing Media Systems*, Cambridge University Press.
- HESS, Stephen (1981), *The Washington Reporters*, Washington: The Brookings Institution.
- INGLIS, F. (1990), *Media Theory*, Oxford: Blackwell.
- KALB, M. (1992), «Too Much Talk and Not Enough Action», *Washington Journalism Review*, September, pp. 33.
- KEANE, J. (1991), *A Democracia e os Media*, Lisboa: Temas e Debates.
- LATTIMORE, D. L. e NAYMAN, O. B. (1974), «Professionalism of Colorado's Daily Newsmen: A Communicator Analysis», *Gazette*, 20, 1: 1-10.
- LIPPMANN, W. ([1922] 1965), *Public Opinion*, Nova Iorque: Macmillan Publishing.

- MANCINI, P. (1993), «Between trust and suspicion: how political journalists solve the dilemma», *European Journal of Communication*, vol. 8, n.º 1, pp. 33-51.
- MCLEOD, J. M., KOSICKI, G. M. e MCLEOD, D. M. (1994), «The Expanding Boundaries of Political Communications Effects», in J. Bryant e D. Zillmann (orgs.), *Perspectives on Media Effects*, 2.ª ed. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- MCNAIR, B. (1998), *The Sociology of Journalism*, Londres: Edward Arnold.
- MCQUAIL, D. (1987), «The Influence and Effects of the Mass Media», in J. Curran, M. Gurevitch e J. Woollacott (orgs.), *Mass Communication and Society*, Londres: Arnold.
- NEVEU, E. (1999), «Politics on French Television: Towards a Renewal of Political Journalism and Debate Frames?», *European Journal of Communication* 14(3), pp. 379-409.
- PATTERSON, T. (1993), *The American Democracy*, Nova Iorque: McGraw-Hill.
- PATTERSON, T. ([1997] 2000), «Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?», in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo 2000*, Relógio D'Água Editores.
- PFETSCH, B. (1998), «Government News Management», in D. Graber, D. McQuail, P. Norris (orgs.), *The Politics of News The News of Politics*, Nova Iorque: CQ Press.
- SCHLESINGER, P. (1990), «Rethinking the Sociology of Journalism: Source Strategies and The Limits of Media-Centrism», in Marjorie Ferguson (org.), *Public Communications: The New Imperatives*, Newbury Park, CA: Sage, pp. 61-83.
- SCHUDSON, M. (1989), «The Sociology of News Production», *Media, Culture and Society*, Londres: Sage, Vol. II, pp. 263-282.
- SERRANO, E. (2001), *As Presidências Abertas de Mário Soares, as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República em Portugal*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- SERRANO, E. (2006), *Jornalismo e Política em Portugal* (no prelo).
- SIEBERT, Frank, PETERSON, Theodore e SCHRAMM, Wilbur (1956), *Four Theories of the Press*, Urbana: University of Illinois Press.
- SIGAL, Leon V. (1973), *Reporters and Officials: The Organization and Politics of News-making*, Lexington: DC Heath.
- SEMETKO, H. (1996), «Journalistic Culture in Comparative Perspective: The Concept of "Balance" in U.S., British and German TV News», *Harvard International Journal of Press/Politics* 1(1), pp. 51-71.
- SWANSON, D. L. e NIMMO, D. (1990), *New Directions in Political Communication*, Swanson: Sage Publications.
- TARDE, G. ([1898] 1992), *A Opinião e as Massas*, Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- TOCQUEVILLE, A. ([1990] 2001), *Da Democracia na América*, Cascais: Principia.
- TUMBER, H. (org.) (2000), *Media Power, Professionals and Policies*, Londres: Routledge.
- WEBER, M. ([1917] 2000), *A Política como Profissão*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- ZELIZER, B. (2004), *Taking Journalism Seriously*, Oaks, CA: Sage Publications.